

Moção Sectorial sobre Portugal na União Europeia Apresentada por Ana Gomes e

A UE face à crise e aos desafios globais

I. Uma Europa capaz de sair da crise

A actual crise europeia e global é o **desastroso resultado das doutrinas neo-liberais** assentes na fábula da capacidade de auto-regulação dos mercados, que conduziram ao desregramento do sistema financeiro internacional e conseqüente abandono à '*economia de casino*', propulsionada pela especulação capitalista desenfreada.

A crise é também produto **de lideranças que se demitiram da política**: que deixaram de controlar politicamente os poderes económicos, que sujeitaram o crescimento económico, o emprego e o equilíbrio ecológico aos interesses do capitalismo especulativo, que sacrificam os cidadãos contribuintes para salvar bancos "*demasiado grandes para falir*", enquanto deixam Nações à mercê de ataques especulativos às dívidas soberanas.

Para sair da crise, **os socialistas portugueses e europeus têm de reconhecer como se deixaram contaminar** pelas teses e práticas que alienaram o sistema financeiro das necessidades da economia real, desvalorizaram o factor trabalho, alimentaram a desigualdade, a injustiça social e a corrupção. E como, assim, contribuíram para descredibilizar governantes e políticos democraticamente eleitos, para desarmar perigosamente o Estado e para desacreditar a própria União Europeia aos olhos dos seus cidadãos.

Os socialistas portugueses e europeus **não podem resignar-se diante de uma União Europeia vulnerabilizada**, com uma Comissão Europeia fraca e submissa diante de um directório germano-franco-britânico e da maioria hoje dominante de governos conservadores, cegamente apegados a receitas que só agravam e prolongam a crise e viciados na barganha intergovernamental entre interesses nacionais.

Precisamos antes de uma União em que a **Comissão Europeia** assuma o seu papel de guardião dos Tratados e de motor do interesse comum, que tome a iniciativa e vá à luta. Precisamos de não transigir no recurso ao **método comunitário**, reiterado no Tratado de Lisboa como o apropriado para a UE tomar decisões baseadas no interesse comum da União e dos seus cidadãos, o único método que assegura igualdade entre os Estados, controlo democrático pelo Parlamento Europeu e Parlamentos nacionais e que promove o avanço do interesse comum europeu.

No mundo interdependente e globalizado em que vivemos, não há saídas da crise para nenhum país isoladamente. **Portugal não sairá da crise à margem da União Europeia e da moeda única que é a nossa, o Euro**. A saída da crise para Portugal depende da capacidade de resposta à crise da UE, passa pelo reforço da União, de uma União fiel aos seus valores, princípios e objectivos fundacionais, reiterados no Tratado de Lisboa.

Portugal e os socialistas portugueses devem trabalhar activamente pelo fortalecimento da UE e isso exige que **as noções centrais de solidariedade e de coesão política, social, económica e territorial tenham tradução prática em todas as políticas europeias** – o que não tem acontecido nos últimos anos e por isso, com a criação do Euro, as economias mais fracas têm perdido competitividade e a divergência macro-económica se tem acentuado.

Os socialistas portugueses comprometem-se a trabalhar por uma UE que se reforce, ajude Portugal e cada um dos seus Estados Membros a saírem da crise e prepare os cidadãos europeus para enfrentarem os **desafios de um futuro melhor e mais sustentável**. Isso requiere:

A longo prazo –

Garantir que a **Estratégia Europa 2020**, um programa ambicioso de investimento para um crescimento mais verde, inteligente e inclusivo, resulte na criação de emprego decente e na dinamização dos mercados através da inovação e da investigação.

Assegurar economias de escala, evitar duplicações e promover real valor acrescentado a nível europeu são essenciais para modernizar, fazer convergir e transformar ecológicamente as economias europeias. Educação, redes de transporte (ferroviário e marítimo, sobretudo), infraestruturas energéticas (redes inteligentes e de banda larga), projectos científicos e investigação de larga escala (como o Galileu) devem merecer prioridade no investimento.

Como o orçamento da UE é diminuto e os orçamentos nacionais estão em rigorosa contenção, é preciso arranjar recursos para fazer esses investimentos: **Projectos Eurobond** (Obrigações Europeias para projectos), um **Imposto sobre as Transacções Financeiras**, uma **Taxa Europeia sobre o Carbono** ou ainda um **IVA Europeu** (como proposto pela Comissão Europeia) são opções a decidir na próxima reforma do quadro orçamental plurianual da UE (**perspectivas financeiras para o período 2014-2020**). A UE precisa de **recursos próprios** para investir na transformação da economia europeia. Um Imposto sobre as Transacções Financeiras, por exemplo, não só gerará receita, mas ajudará a combater a especulação.

A curto e médio prazo –

É fundamental assegurar a **governança económica** e a **convergência das economias** da Eurozona. Se continuar a divergência económica, a União Monetária afunda-se. O Euro não pode passar sem instrumentos de sustentação, sob pena de contribuir para aumentar divergências entre as economias europeias e dessa maneira se auto-destruir.

Precisamos de uma verdadeira **União Económica**, com um **Mercado Unico** aprofundado e respeitado e com uma governança económica realmente sustentável socialmente, a nível da União. Precisamos de uma União capaz de regular os mercados, de resistir aos especuladores financeiros e de travar o afundamento recessivo e a conflitualidade social.

Nesse sentido, deve ser urgentemente accionado, no quadro do existente **Fundo Europeu de Estabilização Financeira**, um mercado europeu de **Eurobonds** (Obrigações Europeias), de forma a permitir o acesso a financiamento a custos mais favoráveis para todos os Estados Membros. E deve ser dado ao futuro **Mecanismo Europeu de Estabilidade** a possibilidade de aceder também ao mercado secundário de obrigações.

Impor aos Estados Membros reformas de austeridade, orçamentos equilibrados, disciplina fiscal e redução do endividamento não basta, nem sequer para garantir o pagamento aos credores a prazo, devido à espiral recessiva que tais medidas implicam. O **Pacto de Estabilidade e Crescimento** também tem de produzir resultados no **crescimento** e deve assegurar a vigilância da evolução macro-económica na Eurozona.

Precisamos de uma União capaz de **relançar o investimento, o crescimento económico e a criação de emprego nas economias mais vulneráveis** da Eurozona, como a portuguesa. Emprego qualificado e decente, em indústrias e serviços criativos e tecnologicamente inovadores, capazes de **tirar partido das competências da população jovem e qualificada**.

Precisamos de governação europeia para fomentar a convergência económica na Eurozona, salvaguardando o **diálogo social e os sistemas de negociação colectiva**. É possível **convergir em políticas económicas e sociais** - em campos como a política salarial e laboral, sistemas de pensões e investimento - ligando salários a desenvolvimentos na produtividade e a uma base de taxação comum mínima.

Governação económica num Mercado Único eficaz supõe regras e a primeira é a **política de concorrência**: ela exige **harmonização mínima da fiscalidade**, para que uns Estados não entrem em "dumping fiscal" contra outros, e **políticas industriais, comerciais e energéticas desenhadas para favorecer a convergência** entre as economias europeias, fomentando uma **competitividade que estimule, em vez de alienar**. Outro requisito essencial é a **solidariedade**, que traduz a interdependência entre os Estados Membros: por isso, a **coesão social, económica e territorial** entre os Estados Membros, incluindo as regiões mais periféricas e vulneráveis, só podem favorecer a convergência e têm de voltar a ser centrais na governação europeia.

A governação económica não pode passar por cima da identidade própria do projecto europeu: a União foi construída como projecto de paz, incluindo a **paz social**, diferenciada pelas conquistas solidárias feitas através do seu modelo social, que inclui os sistemas de segurança social. É pela **sustentabilidade do modelo social europeu** que têm de ser feitas reformas, não para o destruir. A **recusa do "dumping social"** é, e tem de continuar a ser, um elemento essencial do Mercado Único, no respeito pela diversidade entre os EMs. É em benefício dos cidadãos que é necessário equilibrar as contas e reduzir o endividamento dos Estados. O corte em direitos sociais só pode ser aceitável se ao mesmo tempo se racionaliza a despesa pública e se vê o **combate ao desperdício, à corrupção e à evasão fiscal**.

Este é um combate que não pode ficar só entregue aos Estados Membros: é essencial reconhecer que a **desregulação financeira e a rede de paraísos fiscais contribuíram exponencialmente** para fazer alastrar a corrupção, a fraude e o

crime organizado ao nível europeu. Tomar medidas eficazes no plano europeu é urgente, incluindo o **reforço dos mecanismos de cooperação policial e judicial**.

O **ambiente regulador do sistema financeiro não ainda mudou efectivamente**, três anos volvidos sobre a precipitação da crise financeira global que desencadeou a crise económica e as crises das dívidas soberanas europeias. No prazo mais curto possível, a UE tem de proceder à **limpeza e consolidação da banca europeia transnacional, o que passa por medidas de controlo e contenção das jurisdições "off shores"**. Sem isso a recuperação económica da Europa será impossível e não será restabelecida a confiança, essencial para o investimento e a concessão de crédito.

Uma eficaz governação económica na UE não requer apenas a coordenação ou o reforço da centralização das políticas económicas dos Estados Membros. Requer uma **Comissão Europeia realmente activa, com capacidade de dirigir o processo**, fazer propostas, induzir comprometimentos, monitorar desenvolvimentos, determinar medidas correctivas e impor sanções.

II. A União Europeia como actor global indispensável

No mundo globalizado em que vivemos, a Europa precisa de **projectar uma voz coerente e de pôr em prática políticas guiadas pelos seus valores e princípios** fundamentais, articulados com os seus **interesses**.

Os desenvolvimentos em curso no Norte de África e no mundo árabe demonstram a **ineficácia da 'realpolitik'** que dominou a política europeia nos últimos anos, a pretexto de supostos interesses estratégicos – políticos, económicos ou securitários – descartando a defesa dos direitos humanos e da democracia. Domina a percepção de que a UE apoiou até quase ao fim os ditadores já depostos e continua a fazer equilibristas com regimes ditatoriais que resistem ainda à contestação popular, como no Iémen e no Bahrein. Ora, a 'primavera árabe' veio mostrar que os supostos idealistas é que eram afinal, os realistas.

Fazer da promoção da **paz, da democracia, dos direitos humanos e do combate à pobreza e ao subdesenvolvimento as prioridades** – são as orientações políticas que melhor servem os **interesses próprios europeus**, incluindo a **sustentabilidade das relações económicas e a segurança do aprovisionamento energético a longo prazo**.

É urgente que a UE redefina na prática a sua política externa à escala global, e em particular para África, a partir das lições aprendidas no Mediterrâneo e no mundo árabe.

Os socialistas portugueses e europeus têm de se empenhar **contra uma Europa "fortaleza"**, incapaz de integrar com equidade os emigrantes que a demandam em busca de melhor vida e de realizar o enriquecimento demográfico, social e cultural que tal emigração traz à União Europeia. E têm de trabalhar activamente por uma Europa que cumpra as suas obrigações humanitárias e políticas face a todos aqueles que, como refugiados ou requerentes de asilo, procuram protecção, pondo em prática **um Sistema Comum de Asilo** que permita aos Estados Membros repartir solidariamente os deveres de acolhimento.

Só uma União capaz de entender as diversas **causas na raiz dos movimentos migratórios**, pode desenvolver estratégias eficazes para atacar e minorar essas causas, pondo em prática acções de política agrícola, comercial, de desenvolvimento, de educação ambiental, de cooperação ou outras.

Quanto aos países em mudança no mundo árabe, a UE precisa de investir no **apoio à transformação democrática**: ajudar a organizar processos eleitorais e reformas constitucionais, apoiar a capacitação de partidos políticos e outros actores políticos democráticos, da sociedade civil, ajudar ao reforço de media independentes e autoridades judiciais, incluindo o empoderamento das mulheres e dos jovens. Precisa também de encontrar recursos para investir num **Grande Plano de Ajuda Económica** a essas sociedades, que permita às forças democráticas emergentes corresponder às generalizadas expectativas de criação de emprego, melhoria das condições de vida e de funcionamento básicos dos serviços públicos. Precisa ainda de recuperar a iniciativa e de tudo fazer para relançar e levar a bom termo o **Processo de Paz do Médio Oriente**, sob pena de deixar o conflito israelo-palestino prestar-se a ser ainda mais instrumentalizado na narrativa terrorista ou fundamentalista, a a perverter as aspirações democráticas no mundo muçulmano, com desastrosas consequências para a segurança de Israel, da própria Europa e de todo o mundo.

A revolta no mundo árabe demonstrou a relevância universal do conceito da **Responsabilidade de Proteger**, consagrado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através das históricas resoluções 1970 e 1973, apelando à defesa do povo líbio face às atrocidades da ditadura. E a Europa pode mobilizar, como ninguém, meios para exercer a Responsabilidade de Proteger, incluindo no quadro da **Política Comum de Segurança e Defesa. Falta-lhe, no entanto, coerência e vontade política**, como a descoordenação inicial da operação Líbia ilustra.

Falta de coerência e vontade política que, apesar das reformas institucionais alcançadas através do Tratado de Lisboa, se reflecte também, gravemente, na **ausência de assento da UE no Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Um órgão fundamental para o funcionamento do **multilateralismo eficaz** que a UE tem por objectivo promover, o que só por si impõe às instituições europeias e aos Estados Membros a necessária concertação interna com vista a ali assegurar representação adequada, deste modo podendo também lançar irreversivelmente o desejável **processo de reforma e alargamento do Conselho de Segurança**.

O novo quadro institucional criado pelo Tratado de Lisboa habilita a UE a mais eficazmente contribuir para a **regulação da globalização**, para fomentar a cimentação dos **princípios democráticos** universalmente e para trabalhar pela **segurança global**, no mundo interdependente e multipolar em que actua. Mas é através da iniciativa política, da consistência das suas políticas e acções e da valorização das **sinergias** que souber desenvolver com outros actores globais – e em particular os **EUA** e o **Brasil**, a que está transatlanticamente ligada por valores, princípios e percepções de interesse comuns – que a União Europeia virá a **demonstrar a utilidade da sua acção externa**, incluindo para a projecção dos seus interesses próprios. E isso só acontecerá se a UE se guiar pelos **valores e princípios fundamentais** em que assenta o projecto europeu e que visam promover a **paz, a democracia, os direitos fundamentais e a segurança globais**.